

FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO-FCJP

**A INCLUSÃO DO DEFICIENTE INTELECTUAL NAS SÉRIES INICIAIS DO
ENSINO FUNDAMENTAL: REPRESENTAÇÕES CONSTRUÍDAS POR
PROFESSORES NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO EM UMA ESCOLA
ESTADUAL NA CIDADE DE JOÃO PINHEIRO - MG**

FABIANA DA CUNHA ALVES

JOÃO PINHEIRO-MG

DEZEMBRO/2013

FABIANA DA CUNHA ALVES

**A INCLUSÃO DO DEFICIENTE INTELECTUAL NAS SÉRIES INICIAIS DO
ENSINO FUNDAMENTAL: REPRESENTAÇÕES CONSTRUÍDAS POR
PROFESSORES NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO EM UMA ESCOLA
ESTADUAL NA CIDADE DE JOÃO PINHEIRO - MG**

Monografia apresentada à coordenadoria do núcleo de Pesquisa e Iniciação Científica da Faculdade Cidade de João Pinheiro-FCJP, como parte dos requisitos para obtenção do Título em Licenciatura do curso de Pedagogia.

ORIENTADOR (a): Janaina de Souza Araújo

JOÃO PINHEIRO-MG

DEZEMBRO/2013

FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO-FCJP

Comissão examinadora, abaixo-assinada, aprova à Monografia: A inclusão do deficiente intelectual nas séries iniciais do ensino fundamental: representações construídas por professores no processo de alfabetização em uma escola estadual na cidade de João Pinheiro - MG.

Elaborada por: Fabiana da Cunha Alves
Como Pré-requisito para Conclusão da Licenciatura em Pedagogia

Comissão examinadora

Aprovado em _____ de _____ de 2013.

Professor (a) Presidente da banca

Professor (a) 2º componente da banca

Professor (a) 3º componente da banca

JOÃO PINHEIRO-MG
DEZEMBRO/2013

Dedico este trabalho a minha família, em especial minha mãe, uma pessoa que jamais deixou de estimular meus sonhos, e que sempre me incentivou quando eu pensava que não conseguiria. Minhas irmã Ideane pelo apoio, e que tudo fizeram para me proporcionar este momento de alegria, hoje a minha vitória também é delas. Aos meus sobrinhos Gustavo e Rian por sempre me fazer quando chegava em casa cansada após uma longa aula. Sem o apoio, dedicação e o incentivo que sempre recebi de vocês, jamais estaria onde estou, ou poderia pretender tudo o que vou realizar.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a Deus, pela força e coragem durante toda esta longa caminhada. Agradeço em especial ao Ms. Vandeir José da Silva, responsável pela realização deste trabalho que não mediu esforços para que tudo desse certo. A professora e orientadora Janaina, que colaborou de forma fundamental nesse trabalho, indicando sugestões e material que contribuíram de forma significativa para a elaboração deste. Você é maravilhosa! A todos os professores e mestre por terem sido parceiros na busca do conhecimento, nos passando seus exemplos e experiências. A Faculdade Cidade de João Pinheiro por ter me recebido e proporcionado tantas alegrias durante esta caminhada.

Determinação coragem e auto confiança são fatores decisivos para o sucesso. Se estamos possuídos por uma inabalável determinação conseguiremos superá-los. Independentemente das circunstâncias, devemos ser sempre humildes, recatados e despidos de orgulho.

Dalai Lama

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar as contribuições da inclusão é um tema bastante amplo. Os excluídos vão desde questões raciais e étnicas até outros problemas como o desemprego e a pobreza. Os professores preparados ou não estão recebendo os alunos especiais. Só se pode considerar o aluno incluído se ele estiver experimentado as situações de aprendizagem, além da socialização. Para poder lidar com a deficiência diariamente, é importante que se identifique os obstáculos impostos por esta condição, para aprender a respeitar as diferenças. Quando falamos de deficiência intelectual, há características comuns a esse público que não podem ser ignoradas: dificuldade de concentração, problemas de comunicação e interação, menor capacidade para relacionar o sistema de fala com a representação escrita.

Palavras-Chave: Valores. Aprendizagem. Dificuldades. Professores. Escola Regular.

ABSTRAT

This study aimed to analyze the contributions of inclusion is a very broad topic. The excluded range from racial and ethnic issues to other problems such as unemployment and poverty. The teachers prepared or are not getting the special students. One can only consider the student included if it is experienced learning situations, in addition to socialization. To cope with the daily disability, it is important to identify the obstacles imposed by this condition, to learn to respect differences. When we talk about intellectual disability, there are common to this audience that can not be ignored characteristics: difficulty concentrating, problems of communication and interaction, less able to relate the speech system with the written representation.

KEYWORDS: Values. Learning. Difficulties. Teachers. Regular school.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPITULO I - A INCLUSÃO ESCOLAR: CONTEXTUALIZAR OS MOMENTOS HISTORICOS E CONCEITOS DA DIVERSIDADE NA PROPOSTA DA LDB 9394/96.....	15
1.1 MOMENTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	15
1.2 .EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SUAS CONQUISTAS.....	18
1.3 INCLUSÃO OU EXCLUSÃO.....	21
CAPITULO II - EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM DESAFIO ENTRE O IDEAL E O REAL.....	27
2.1 O MUNICÍPIOS DE JOÃO PINHEIRO NUMA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	27
2.2 ANÁLISE DA ESCOLA E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS AOS PROFESSORES.....	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS.....	44
ANEXOS.....	46

LISTA DE FIGURA

- FIGURA 01:** contextualização geográfica da cidade de João Pinheiro. Podem ser observados municípios vizinhos ao referido município. Outro fator importante é a BR 040, uma das mais importantes rodovias que liga três Capitais sendo elas: Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília DF..... 26
- FIGURA 02:** contextualização geográfica da cidade de João Pinheiro. Localização onde fica a escola pesquisada..... 29

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Sabemos que um dos fatores mais importante para uma base sólida na vida de um aluno é a família. Em relação à participação da família dos alunos com Deficiência Intelectual no processo de ensino especializado existe uma parceria por parte dos mesmos?.....	31
GRÁFICO 2 – O aluno com Deficiência Intelectual apresenta mais dificuldades em compreender, em assimilar em se expressar, ou mesmo em aprender?.....	32
GRÁFICO 3 – Todos os alunos com deficiência intelectual da Instituição estão inserida também nas escolas especializadas?.....	33
GRÁFICO 4 – Você acha que o aluno com DI deve ficar na escola comum ou na escola especial?.....	34
GRÁFICO 5 – Tempo de exercício com alunos com deficiência?.....	35
GRÁFICO 6 – Você acredita no processo de inclusão proposta pela Lei de Diretrizes Brasileira 9394/96?.....	36

LISTA DE SIGLAS

APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
D.I	Deficiência Intelectual
FNDE	Fundação nacional de Desenvolvimento da Educação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
PCN	Parâmetros Curriculares Nacional
PD	Pessoa com Deficiência

INTRODUÇÃO

Educação inclusiva é um processo em que se amplia à participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de modo que estas respondam à diversidade de alunos. É uma abordagem humanística, democrática que percebe o sujeito e suas singularidades tendo como objetivo o crescimento a satisfação pessoal e a inserção social de todos nas redes regular de ensino e seus convívio social e o exercício da cidadania plena.

Esta pesquisa aborda o cotidiano de alunos com deficiência, a atuação dos profissionais a igualdade e a garantia de direitos estabelecidos pela constituição federal, enfatizando a influencia de alguns marcos importantes da inclusão e da ênfase a fatores indispensáveis para que a pratica inclusiva seja de fato estabelecida. Poderíamos dizer que o ensino é a atividade derivada das pesquisas, a inclusão escolar intensificou-se a partir de 1980 pela importância da formação global do individuo.

As escolas que não estão atendendo alunos com deficiência em suas turmas regulares se justificam, na maioria das vezes pelo despreparo dos seus professores para esse fim. Existem também as que não acreditam nos benefícios que esses alunos poderão tirar da nova situação, especialmente os casos mais graves, pois não teriam condições de acompanhar os avanços dos demais colegas e seriam ainda mais marginalizados e discriminados do que nas classes e escolas especiais. Em ambas as circunstâncias, o que fica evidenciado é a necessidade de se redefinir e de se colocar em ações novas alternativas e práticas pedagógicas, que favoreçam a todos os alunos, o que, implica na atualização e desenvolvimento de conceitos e em aplicações educacionais compatíveis com esse grande desafio.

O presente trabalho de conclusão de curso pauta-se nas questões da inclusão do deficiente intelectual nas séries iniciais do ensino fundamental: representações construídas por professores no processo de alfabetização em uma escola estadual na cidade de João Pinheiro - MG, isto porque a modalidade de educação deve ser um processo educacional em uma proposta pedagógica, que assegura o conjunto de serviços educacionais especiais para apoiar, suplementar, complementar para que possa garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos alunos DI.

Durante esses três anos, questionei-me sobre o qual temática abordar no trabalho de Conclusão de Curso, pensava em assunto como Educação Especial, mas não encontrava o que falar. Quando iniciei o estágio supervisionado eu descobrir que era isso que queria,

conversando com alguns professores que me auxiliaram e me mostraram a importância da Educação Inclusiva. É necessário reconhecer que ensinar é uma arte. A arte de ensinar é saber despertar no aluno a necessidade de ser o construtor do seu próprio conhecimento. Não é raro ouvir declarações de docentes sobre estudantes com baixo nível cultural. Os referidos estudantes, na grande maioria oriunda da classe proletária chegam às escolas e são rejeitados, excluídos. A comunidade escolar nem sempre foi preparada pra tratá-los em conformidade as suas limitações e iniciar seu trabalho didático pedagógico a partir do nível cultural em que se encontra sua clientela.

A partir do estágio supervisionado no ensino fundamental da rede regular de ensino e na educação especial deparei com a grande dificuldade dos alunos com necessidades educativas especiais e sua interação com o meio. O presente trabalho pretende possibilitar os nossos alunos avançar em sua vida acadêmica, sua realização pessoal, consciência dos seus direitos e deveres, o exercício da cidadania plena.

Quando se fala em educação pra a libertação, isto é não deve implicar abandonando o tecnicismo deixar de lado também o conteúdo como fator de formação técnica, lembrando que os profissionais como pretensu compromisso político e sem competência técnica, cai no ridículo e no desrespeito. Não há incompatibilidade entre formação técnica e compromisso político, pois ambos são necessários à formação integral do homem. (Saviani 1983, p 111-143).

Pesquisas realizadas na área da educação mostram profissionais tecnicamente sem preparo para realizarem em sala de aula a verdadeira inclusão onde alunos com necessidades educativas especiais o caráter genético do problema aqui anunciado identifica aspectos fundamentais a prática da educação inclusiva. O conhecimento é um produto do intelecto do ser humano que propicia condições de entender o mundo que o cerca e concomitantemente, desenvolver técnicas que possam ajudá-lo no seu dia-a-dia.

A leitura da realidade escolar tem demonstrado o desconforto e a preocupação excessiva por parte dos professores quando a escola efetiva a matrícula de alunos com deficiência. Levando-se para a pesquisa os seguintes questionamentos. Com professor, você considera que a filosofia da inclusão escolar se consolida na prática da mesma forma que na teoria? Você acredita no processo de inclusão proposta pela LDB 9394/96? Pode se perceber algum tipo de preconceito da escola por parte dos colegas da classe ou dos profissionais da educação com os alunos deficientes? Quais as suas maiores dificuldades ao trabalhar com alunos e as variadas deficiências?

A inclusão de deficientes intelectuais em escolas regulares acontece de maneira inadequada devido a falta de cursos de formação e apoio ao tipo de deficiência encontrado pelos professores do Ensino Fundamental. O objetivo deste trabalho é: - Identificar se o professor considera que a inclusão escolar se consolida na prática da mesma forma que na teoria. - Compreender se aluno com deficiência intelectual está inserido no processo de inclusão educacional de acordo com a LDB 9394/96. - Investigar e perceber se há algum tipo de preconceito da escola por parte dos colegas da classe ou dos profissionais da educação com os alunos com deficiência intelectual. - Verificar o papel do docente e sua postura de didática na construção do processo de inclusão e aprendizagem junto ao aluno com deficiência intelectual.

A escolha da Pesquisa foi realizada de natureza qualitativa por compreender que a mesma possibilita ao pesquisador interpretar os dados. Entende-se por pesquisa qualitativa como descreve Richardson (1999, p.80).

Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades dos comportamentos dos indivíduos.

Observa-se que inúmeros pesquisadores e acadêmicos definem a pesquisa quantitativa como sendo aquela que trabalha com números, ou seja, com grandezas que podem ser medidas ou atribuídas uma estimativa proporcional a outra, fazendo uso de modelos estatístico para quantificar e explicar os dados apresentados e a pesquisa qualitativa como aquela que busca interpretações sociais, evitando trabalhar com números. Porém podemos analisar através que a metodologia qualitativa busca compreender todas as variáveis, ou seja, as questões que norteiam uma determinada pesquisa trazendo mais do que uma medida, mas sim uma avaliação dinâmica de todas as partes envolvidas e com isso uma maior contribuição social para o problema analisado em termos que posicionamento e reflexão crítica.

O Pesquisador diante de a exposta realiza a presente pesquisa de caráter qualitativo utilizando instrumentos quantitativos em uma Escola Estadual de João Pinheiro - MG onde coletei dados respondido um questionário com sete perguntas sendo seis fechadas e uma pergunta aberta para a expressão da opinião do entrevistado, podendo essa questão aberta na problematização ser transformada em uma questão fechada e se houver necessidade mais questões poderão ser acrescentadas no decorrer da pesquisa contendo obrigatoriamente uma

questão para expressão da opinião de entrevistado. Foi realizado uma visita a entidade para exposição do tema e objetivo da pesquisa ao diretor do estabelecimento sendo que após sua liberação será marcada uma conversa com os participantes. No dia marcado pelo diretor, será passado para o público alvo o objetivo do projeto. Logo após, os questionários serão distribuídos e logo após ficará marcada uma data para a coleta dos questionários. Sendo que se acontecer de faltarem alguns na data marcada, será marcada uma nova data para o recolhimento do restante.

Este trabalho a ser executado tem como relevância social a frequência que o tema tem surgido em debates na educação tendo como pontos cruciais. Ao final deste trabalho será entregue uma cópia da monografia para a biblioteca da Escola e a biblioteca Municipal. Como Relevância Acadêmica essa pesquisa vem contribuir para o conhecimento dos aspectos sociais em que está inserido e ter habilidade em está refletindo acerca da inclusão do deficiente intelectual. Este estudo só vem aumentar a bagagem de conhecimentos para serem aplicados na escola com muito amor e delicadeza, seriedade, compromisso e parceria. No final da referida pesquisa será entregue uma monografia para ao acervo bibliográfico na Faculdade Cidade de João Pinheiro.

No primeiro capítulo fala sobre a história da inclusão escolar analisando os marcos desde o início até as conquistas da atualidade. E no segundo capítulo é analisar a compreensão de educadores e provocar uma análise e reflexão a respeito do cotidiano dos alunos com deficiência intelectual. E a atuação dos profissionais a igualdade levando em conta os paradigmas conceituais e princípios que vem sendo progressivamente defendidos a Educação Inclusiva.

CAPITULO I - A INCLUSÃO ESCOLAR: CONTEXTUALIZAR OS MOMENTOS HISTORICOS E CONCEITOS DA DIVERSIDADE NA PROPOSTA DA LDB 9394/96

O objetivo do primeiro capítulo é contextualizar a história da **INCLUSÃO ESCOLAR** analisando os marcos desde o início até as conquistas da atualidade. Meditando sobre as citações de estudiosos que falam sobre o assunto, para uma melhor compreensão.

1.1 MOMENTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Educação inclusiva é um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de modo que estas respondam à diversidade de alunos. É uma abordagem humanística, democrática que percebe o sujeito e suas singularidades tendo como objetivo o crescimento a satisfação pessoal e a inserção social de todos nas redes regular de ensino e seus convívio social e o exercício da cidadania plena.

Esta pesquisa aborda o cotidiano de alunos com deficiência, a atuação dos profissionais a igualdade e a garantia de direitos estabelecidos pela constituição federal, enfatizando a influencia de alguns marcos importantes da inclusão e da ênfase a fatores indispensáveis para que a pratica inclusiva seja de fato estabelecida. Poderíamos dizer que o ensino é a atividade derivada das pesquisas, a inclusão escolar intensificou-se a partir de 1980 pela importância da formação global do individuo.

As escolas que não estão atendendo alunos com deficiência em suas turmas regulares se justificam, na maioria das vezes pelo despreparo dos seus professores para esse fim. Existem também as que não acreditam nos benefícios que esses alunos poderão tirar da nova situação, especialmente os casos mais graves, pois não teriam condições de acompanhar os avanços dos demais colegas e seriam ainda mais marginalizados e discriminados do que nas classes e escolas especiais. Em ambas as circunstâncias, o que fica evidenciado é a necessidade de se redefinir e de se colocar em ações novas alternativas e práticas pedagógicas, que favoreçam a todos os alunos, o que, implica na atualização e desenvolvimento de conceitos e em aplicações educacionais compatíveis com esse grande desafio.

Educação Especial Inclusiva consenso mundial, garantido por lei no nosso país, "BRASIL", em particular com a PDB, Lei de Diretrizes e Bases de Ensino Fundamental, que preconiza o respeito às diversidades. Ademais, é complementada nas Diretrizes Nacionais

para a educação básica¹. É enfatizada na resolução 01/2002. A Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva (2008) tem como objetivo o acesso, a permanência, participação e aprendizagem dos alunos com deficiência transtornos globais do desenvolvimento e alta, habilidades, superlotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educativas especiais relacionadas ao processo de aprendizagem e desenvolvimento dessas pessoas e a sua inserção social no mercado de trabalho favorecendo a verdadeira inclusão dessas pessoas.

O desafio é inserir os portadores de necessidades Educativas Especiais não somente na escola, mas em um contexto mais amplo que é a sociedade. Sentíamos a necessidade de esclarecer alguns pontos que permeiam a educação (educação especial e a educação inclusiva). Para que a educação seja uma realidade onde todos aprendem o verdadeiro sentido de se tornar um cidadão pleno, antes temos que elevar o conhecimento cultural a todos, uma educação especial e inclusiva.

Até a década de setenta a educação de pessoas com deficiência acontecia de forma assistencial em Clinicas Especializadas. Ao final dos anos 80, o termo integração começou a perder força, tendo sido substituído pela ideia de inclusão, independente de suas habilidades. A partir da década de 90, a educação especial vem se modificando a fim de atender as novas demandas da sociedade. No decorrer dessa década alguns encontro internacionais determinaram novos horizontes para os educando com necessidades especiais, entre eles, destacamos a conferência mundial de Educação especial, em 1994, realizada na Espanha que resultou na Declaração de Salamanca. Segundo Serra (2008), é nesta declaração que o movimento da inclusão de alunos com discussões importantes em todo mundo.

Esta declaração propões que governos, organizações sejam guiados pelo Espírito de suas propostas e recomendações e que, desta forma, cada criança possa ter a oportunidade de conseguir e manter um nível aceitável de aprendizagem. Propõe ainda que o sistema educativo implementados possuam a devida diversidade a fim de que cada criança ou jovem tenha acesso às escolas regulares (SERRA, 2008, p. 35)

No entanto sabe que a Declaração mostra toda a importância dos direitos das pessoas que possui necessidades especiais. De acordo com Beyer (2006, p. 75) não deve haver diferenciação “alunos com e sem deficiência como acontecia no movimento de integração escolar visava somente inserir alunos com necessidades educativas especiais no ensino regular”. Para o referido autor a inclusão considera a existência de pessoas que compõem a

¹ O artigo consultado não possui numeração de paginas.

comunidade escolar cujas necessidades são variadas. Para Mantoan (1997, p.51), “Integração e inclusão tem objetivos opostos, a primeira visa inserir o aluno que já foi excluído a segunda é não deixar ninguém de fora do ensino regular desde o início da vida escolar” (2006, p. 19)

Promover a inclusão de deficientes significa, sobretudo, uma mudança de postura e de olhar a cerca da deficiência. Implica, quebra de paradigma, reformulação do nosso sistema de ensino para a conquista de uma educação de qualidade, na qual o acesso, o atendimento adequado e a permanência sejam garantidas a todos os alunos, independentemente de suas diferenças e necessidades (SERRA, 2008, p.33)

De acordo com o autor promover a inclusão é, sobretudo um paradigma na qual deve ser quebrado, e uma educação como as outras e com ensino de qualidade. Na lei 2.024/61, observa-se um modelo de educação especial para alunos com deficiência propondo o atendimento às Instituições especializadas.

Art. 88 – A educação de excepcionais deve no que por possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade.

Art. 89 – Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselho estaduais de educação e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções.

A lei esta ai para ser cumprida, entende-se que as instituições tem que se enquadrar no sistema de educação, e o poder público tem que dar auxilio como bolso de estudo e até mesmo empréstimos. Carvalho (2000, p. 65), entende que o termo “sistema geral de educação” no artigo 88 defende a educação especial. Através da Constituição Federal de 1988 ficou determinado o atendimento dos educando com necessidades educativas especiais “preferencialmente em salas de ensino regular”, ficando evidente a importância e dever do estado no processo de inclusão.

Art. 208 – O dever do Estado com a educação será efetivada mediante a garantia de:

III – Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

O poder público tem que entender que todos merece um atendimento educacional especializado, a rede regular de ensino que te atender crianças com necessidade, no entanto, o Estatuto da criança e do Adolescente (ECA) vem celebrar o apoio aos educando com

necessidade educativas especiais. É dever de o Estado assegurar à criança e ao adolescente, a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/94 (LDB) define e regulariza o sistema educacional brasileiro a partir dos princípios constitucionais, abordando também, as particularidades da educação especial explicando como deve ser o atendimento dos educando com necessidades educativas especiais.

A escola inclusiva deflagra nos docentes processos que possibilitam uma pedagogia que valoriza a diversidade e questionam os fatos dos alunos com deficiência ser responsabilidade de especialistas favorecendo um processo de ensino-aprendizagem positiva para todos os alunos e a adequação da prática pedagógica às peculiaridades dos educandos. Segundo Magalhães (2006, p. 366), “Quando está só se preocupa com a elevação do número de matrícula como vem acontecendo a educação inclusiva em espaços escolares”.

1.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SUAS CONQUISTAS

O Brasil demonstrou traços de uma política educacional e inclusiva já na promulgação da constituição federal em 1988 no título VIII capítulo da Ordem Social:

Art: 208. O dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores na rede regular de ensino.

Desde então o Brasil vem reunindo esforços para assegurar o direito à educação de qualidade a todos os portadores de necessidades especiais preferencialmente na rede regular de ensino. Em 1989 a lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 foi implantada em linhas gerais, dispõe sobre o apoio das pessoas com deficiências, sua integração social assegurando o pleno exercício de seus direitos individuais e sociais².

Ao participar em 1990 em Jorntien na Tailândia, o Brasil optou pela construção de um sistema inclusivo concordando com a Declaração Mundial de Educação para todos, mas também em 1990 a lei de nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente de 13 de julho de 1990 estabelece entre outras determinações:

Art. 5º - Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão aos seus direitos fundamentais.

² O artigo consultado não possui numeração de páginas.

Entende-se que todos somos iguais, a lei esta ai para ser cumprida, e não deve conter negligencia ou omissão aos direitos humanos, no entanto percebe-se que no artigo 11 § 1º assegurar a criança e o adolescente portadores de deficiências receberá atendimento especializado. Na conferencia Mundial sobre necessidades Educacionais Especiais em Salamanca (Espanha, 1994), propostas denominadas Declaração de Salamanca. O documento oficial foi adaptado à terminologia educação brasileira onde foi alterado o termo "necessidades Educacionais Especiais" e da mesma forma, a expressão "Tutegrada" ou "Tutegradoura" por "Inclusiva".

A expressão necessidades educacionais especiais é utilizada para referir-se a criança e jovens cujas necessidades decorrem de sua elevada capacidade e de suas dificuldades para aprender. Nessa perspectiva a atenção dada à adversidade cultural colabora para a melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem para todos. A educação especial como modalidade da educação escolar ganha mais um dispositivo legal e politico-filosófico a seu favor a lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional capitulo V da Educação Especial³.

Através do senso escolar podemos observar o crescimento de 640% das matriculas de ensino especial em escolas regulares/classes comuns de 1998 a 2006 resultados claros do sucesso da politica inclusiva no Brasil. A lei nº 10.172/01 aprova o Plano Nacional de Educação que estabelece 28 objetivos e metas para a educação das pessoas com necessidades educacionais especiais⁴.

Após a análise histórica da legislação brasileira podemos concluir que todos garantem o direito de qualquer aluno à educação regular aonde a politica já vem dando resultados. O nosso papel neste momento é de reflexão sincera, sem resistência às mudanças e inovações, a fim de promover a reforma estrutural e organizacional das instituições de ensino e assegurar efetivamente a inclusão dos portadores de necessidades especiais⁵.

Podemos dizer que no Brasil existem dois modelos de escolas, as que chamamos de inclusiva e as comuns. A educação para todos está relacionada às políticas sociais. Hoje com a globalização exige capacidade de aprendizagem e de resolução de problemas, flexibilidade, versatilidade para realizar tarefas em constante processo de modificação.

É valorizada, a iniciativa pessoal, a capacidade de trabalhar em grupo, a capacidade de comunicação oral e escrita. A pratica educativa deve ser apresentada como uma condição

³ O artigo consultado não possui numeração de paginas.

⁴ O artigo consultado não possui numeração de paginas.

⁵ O artigo consultado não possui numeração de paginas.

básica para o desenvolvimento humano que se incide qualitativamente a aprendizagem. A educação moderna define a serem adquiridas pelos alunos. A melhor escola é aquela que oferece um ensino de qualidade e habilidade para um mercado de trabalho cada vez mais exigente e competitivo. No processo de educação formal se realiza de forma rígida e tem dificuldade de aceitar e trabalhar as diferenças. O princípio da Inclusão Escolar e a certeza de que todos tem o direito de pertencer, de que necessitamos compreender e aceitar as diferenças. (PAROLIN, p. 29)

Um dos motivos é que a escola tem necessidade de produzir resultados, promover alunos, garantir bom desempenho. A convivência entre os alunos diferentes em gênero, idade e níveis de instrução, origens sociais, econômicas, culturais, formas de comportamento, tipos de deficiências ou talentos, conspira-se contra a realização dos objetivos da escola.

O funcionamento e o discurso da inclusão e da educação para todos passam por um contexto de qualidade, competitividade e eficiência. De acordo com a Declaração de Salamanca na qual se lê, que o direito as pessoas a educação independente de diferença particular. A declaração explica que a escola deve oferecer serviços adequados para atender a diversidade da população. Segundo a declaração das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no artigo 59, diz que:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidade especiais currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender suas necessidades. Terminalidade específica para aqueles que não puder atingir o nível exigido para conclusão do ensino fundamental em virtude de suas deficiências, e a aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados. (Brasil, 1996, p. 150)

Portanto, o papel da escola é organizar-se para atender aos alunos e o oferecer terminalidade quando necessário. Todo aluno tem direitos iguais. As práticas pedagógicas inclusivas precisam refletir uma abordagem diversidade, flexível e colaborativo. A lei nº 7.853, 1999 reafirma a obrigatoriedade da oferta da educação especial em estabelecimentos públicos de ensino e define como crime o ato de recusar, suspender, procrastinar, cancelar a inscrição de alunos em estabelecimentos públicos ou privado por motivo de deficiência.

A escola das diferenças é a escola na perspectiva inclusiva, e sua pedagogia tem como norte questionar colocar em duvida, contrapor-se, discutir e reconstruir as práticas que, até então tem mantido a exclusão por instituírem uma organização dos processos de ensino e de aprendizagem incontestáveis, impostos e firmados sobre a possibilidade de exclusão dos diferentes, à ambientes educacionais à parte.

A escola comum se torna inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos adotando novas práticas pedagógicas. Não é fácil nem imediata a adoção dessas novas práticas, pois ela depende de mudanças que vão além da escola e da sala de aula. Para que essa escola possa se concretizar, é patente a necessidade de atualização e desenvolvimento de novos conceitos, redefinição e aplicação de alternativas e práticas pedagógicas e educacionais compatíveis com a inclusão.

Ensino para todos se define pela qualidade o desafio de fazer acontecer nas salas de aula é tarefa a ser assumida por todos os que compõem o sistema educacional inclusiva as famílias. Ensino de qualidade envolvem pais e alunos, atendendo e respeitando as individualidades e peculiaridades.

1.3 INCLUSÃO OU EXCLUSÃO

Sabe-se que existe uma preocupação muito grande nesse processo de transformação da educação de um paradigma de exclusão para um que seja de inclusão, já que o educando está acostumado com elementos que apresentam a mesma deficiência, ao serem incluídos em classes regulares, torna-se constrangedor, pois terá contato com diversos modelos de alunos, e isso os restringe no início, depois se adaptam ao processo. Há uma inquietação no que diz respeito à capacitação profissional da educação regular e da educação especial.

Essa inquietação ocorre pelo fato do professor da escola regular não estar preparado para atuar e até mesmo interagir com esses alunos inclusivos pelo fato de não terem cursos específicos para atuarem com essas crianças. O profissional educacional tem ciência de que ao adotar uma postura diante do ensino, é necessário conhecer os pressupostos básicos de construção de conhecimentos na escola e as estratégias que contribuem para a aprendizagem das crianças com necessidades especiais, pois a inclusão das crianças com necessidades cabe também à escola.

Todos os alunos, em determinado momento de sua vida escolar, podem apresentar necessidades educacionais, e seus professores, em geral, conhecem diferentes estratégias para dar respostas a elas. No entanto, existem necessidades educacionais que requerem, da escola, uma série de recursos e apoios de caráter mais especializado, que proporcionem ao aluno meios para acesso ao currículo. Essas são as chamadas necessidades educacionais especiais. Como se vê, trata-se de um conceito amplo: em vez de focalizar a deficiência da pessoa, enfatiza o ensino e a escola, bem como as formas e condições de aprendizagem; em vez de procurar, no aluno, a origem de um problema, define-se pelo tipo de resposta educativa e de

recursos e apoios que a escola deve proporcionar-lhe para que obtenha sucesso escolar; por fim, em vez de pressupor que o aluno deva ajustar-se a padrões de “normalidade” para aprender, aponta para a escola o desafio de ajustar-se para atender à diversidade de seus alunos. (BRASIL, 2001, p. 33)

De acordo com a legislação Brasileira é sabido também, que toda proposta pedagógica de uma escola deve obedecer às diretrizes do Conselho Nacional de Educação, no entanto é indispensável adequá-lo à necessidade de cada aluno de acordo com sua carência e os materiais didáticos disponíveis. Não se deve deixar de incluir o trabalho com as novas tecnologias para que flua com mais facilidade a construção do conhecimento. Toda e qualquer proposta pedagógica pode ser modificada, sempre com o objetivo de favorecer a aprendizagem do educando a seu modo, em seu tempo. É de importância vital para os educadores estarem em contínua preparação, pois sempre pode surgir algo novo e este pode não estar preparado para lidar com tal situação em questão.

A busca de entrosamento também se faz importante e isso já funciona em quase todo o país, e de acordo com Colli:

Inclusão passou a ser a palavra de ordem política e social, após a regulamentação de leis federais e estaduais que decretaram a obrigatoriedade de toda escola ter que receber crianças com todos os tipos de dificuldades. Se por um lado, os órgãos oficiais levantam a bandeira da escola inclusiva [...]. E assim, em nome de princípios democráticos que pregam a educação para todos, o que se observa hoje na rede de ensino são inúmeros profissionais transtornados pela falta de preparo ante uma tarefa que lhes parece hercúlea, e também mergulhados em dúvidas, ansiedades e incertezas sobre como viabilizar a concretização de tal proposta. A proposição, disposta nas leis, de que todas as crianças têm direito de ir à escola não garante que elas possam usufruir de um processo de escolarização nos moldes implantados pela pedagogia vigente. Sabe-se que em muitas escolas os mecanismos de segregação são levados para dentro das salas de aula quando, por exemplo, se justifica a separação dos alunos como algo pedagogicamente necessário, com o pretenso objetivo de trabalhar com classes supostamente homogêneas. (COLLI, org.,2005,p. 134)

De acordo com que este autor nacional Colli é muito importante que se avalie o desenvolvimento para verificar onde, quando e o porquê de modificar este trabalho, se realmente for necessário, os professores de uma mesma escola precisam reunir-se para um estudo de cada caso para que se faça as modificações pedagógicas geral, devem trabalhar em parceria, pois é importante que se priorize a formação do ser humano, caso contrário o que seria um bem, tornar-se-á um mal.

Um projeto pedagógico que inclua os educandos com necessidades educacionais especiais deverá seguir as mesmas diretrizes já traçadas pelo Conselho Nacional de Educação para educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio, a educação profissional de nível técnico, a educação de jovens e adultos e a educação escolar indígena. Entretanto, esse projeto deverá atender ao princípio da flexibilização, para que o acesso ao currículo seja adequado às condições dos discentes, respeitando seu caminhar próprio e favorecendo seu progresso escolar. (BRASIL, 2001, p. 33)

Todo e qualquer modificação pedagógica necessita ser bem estudada pela comunidade escolar até que se adeque integralmente às necessidades especiais, sem causar desconforto nas outras crianças. Às vezes só a adequação da proposta pedagógica não é suficiente para que o aluno com necessidades construa seu conhecimento e não se sinta excluído onde deveria ser incluído, por isso se faz necessário um professor que o atenda individualmente, pois só assim ele conseguirá romper as barreiras e construir seu conhecimento.

Para aqueles alunos que apresentem dificuldades acentuadas de aprendizagem ou dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandem ajuda e apoio intenso e contínuo e cujas necessidades especiais não puderem ser atendidas em classes comuns, os sistemas de ensino poderão organizar, extraordinariamente, classes especiais, nas quais será realizado o atendimento em caráter transitório. Os alunos que apresentem necessidades educacionais especiais e requeiram atenção individualizada nas atividades da vida autônoma e social, recursos, ajudas e apoios intensos e contínuos, bem como adaptações curriculares tão significativas que a escola comum não tenha conseguido prover, podem ser atendidos, em caráter extraordinário, em escolas especiais, públicas ou privadas, atendimento esse complementado, sempre que necessário e de maneira articulada, por serviços das áreas de Saúde, Trabalho e Assistência Social. (BRASIL, 2001, p. 35)

Cabe não só ao professor, mas também à Instituição escolar perceber as necessidades especiais, e, qual deles precisa de cuidados individuais e buscar ajuda, quando conveniente em outras escolas, dentro da própria escola ou com profissionais especializados, buscando sempre o desenvolvimento físico, cultural e emocional da criança com necessidade especial para que sinta realmente incluída na escola regular.

A exclusão diz respeito não só às crianças que possuem algumas deficiências visíveis, mas também às crianças que vêm de uma família desestruturada, onde se vê brigas, dependências químicas de toda natureza, roubos, crimes e, principalmente, exclusão dos pais e da comunidade. Por isso, faz parte, o acompanhamento dos pais para que através deste entrosamento o professor tome conhecimento do que a criança vive em família e possa

trabalhar com objetivo de trazer essa criança para um convívio social prazeroso. O próprio sistema educacional que, exagerando suas características de padronização, desconsidera as particularidades de cada caso presente na escola.

É neste sentido que Booth e Ainscow (1998, p.194) se referem à inclusão e exclusão como processos ao invés de eventos, e as definem respectivamente como processos de aumento e redução da participação de alunos do currículo, da cultura, das comunidades locais e das escolas regulares. Educação Inclusiva: redefinindo a educação especial quer escola real, em qualquer tempo, reflete um complexo jogo de forças inclusivas e excludentes, atuando em indivíduos e grupos de alunos, pois o que deveria ser benefício inverte, torna-se exclusão. Segundo Sawaia (1999: 9)

A dialética inclusão/exclusão gesta subjetividades específicas que vão desde o sentir-se incluído até o sentir-se discriminado ou revoltado. Essas subjetividades não podem ser explicadas unicamente pela determinação econômica, elas determinam e são determinadas por formas diferenciadas de legitimação social e individual, e manifestam-se no cotidiano como identidade, sociabilidade, afetividade, consciência e inconsciência. Inclusão não é a proposta de um estado ao qual se quer chegar. Também não se resume na simples inserção de pessoas deficientes no mundo do qual têm sido geralmente privados. Inclusão é um processo que reitera princípios democráticos de participação social plena.

Dentro dessa perspectiva, a inclusão não se resume a uma ou algumas áreas da vida humana, como, por exemplo, saúde, lazer ou educação. Ela é uma luta, um movimento que tem por essência estar presente em *todas* as áreas da vida humana, inclusive a educacional. Inclusão refere-se, portanto, a todos os esforços no sentido de garantia da participação máxima de qualquer cidadão em qualquer arena da sociedade em que viva, à qual ele tem direito, e sobre a qual ele tem deveres (Santos, 2003, p.81).

Segundo a Declaração de Salamanca, o princípio fundamental da escola inclusiva é:

Que todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com a comunidade (...) Dentro das escolas inclusivas, as crianças com necessidades educacionais especiais deveriam receber qualquer apoio extra, que possam precisar, para que se lhes assegure uma educação efetiva (Corde, 1994).

Vivemos um momento de expectativa. Talvez, a mais importante que a Educação Especial vem passando desde o seu surgimento no Brasil e no mundo. Atualmente, há um forte entroncamento entre a Educação Especial contemporânea e a Educação regular. Esta metodologia não surgiu ao acaso, é decorrência de uma série de estudos que procuram propiciar transformações metodológicas no atendimento das pessoas com deficiências e das crianças comuns, já que a Constituição garante a todos o acesso à escola.

Como afirma o trecho da Declaração de Salamanca, a seguir:

Art. 3- O princípio fundamental desta “Linha de Ação” é de que as escolas devem acolher todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem na rua e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidos ou marginalizados. (Corde, 1994)

Embassados no trecho da declaração de Salamanca acima, a escola inclusiva acolhe com dedicação todos os alunos que lhes são confiados, sem discriminação e preparam-nos pedagogicamente. É um local onde todos os funcionários da educação, da comunidade e familiar estão sempre trabalhando todos juntos e os alunos colaboram uns com os outros no processo de ensino/aprendizagem.

A inclusão depende de mudanças de valores na sociedade e a vivência de um novo paradigma que não se faz com simples recomendações técnicas, como se fosse receita de bolo, mas com reflexão do corpo docente discente, pais e comunidades. Contudo essa questão não é tão simples, pois devemos levar em conta as diferenças. Como colocar no mesmo espaço demandas tão diferentes e específicas se muitas vezes nem a escola especial consegue das contas desse atendimento de forma adequada Kunc (1992), diz que:

“o princípio da educação inclusiva é a valorização da diversidade e da comunidade humana. Quando educação inclusiva é totalmente abraçada, nós abandonamos a idéia de que nossos alunos devem se tornar normais para dar sua contribuição ao mundo”.

Jamais haverá inclusão se as pessoas se sentirem no direito de escolher quem será concluído. É preciso que eles falem por si porque sabem do que precisam de suas expectativas e dificuldades como qualquer cidadão. Mas, não basta apenas ouvi-los, é necessário propor e desenvolver ações que venham modificar e orientar as formas de se pensar na própria inclusão. A declaração de Madrid (2002) define o parâmetro conceitual pra a construção de

uma sociedade com deficiências, as medidas legais, a vida independente: “o que foi feito hoje em nome da questão da deficiência terá significados para todos no mundo de amanhã.

O marco histórico da inclusão foi em junho de 1994 com a declaração de Salamanca na Espanha, realizado pela Unesco na conferência mundial sobre necessidades educacionais especiais (N.E.E): Acesso e qualidade , assinado por 92 países, que tem como princípios fundamentais: “ todos os alunos devem aprender juntos sempre que possível, independente das dificuldades e diferenças que apresentem”. O Brasil é signatário de documentos internacionais que define a inserção incondicional de pessoas com deficiência na sociedade; A chamada inclusão.

No dia 14 de dezembro de 1990 foi assinada a resolução 45/91 da ONU, que solicitou ao mundo” uma mudança no foco do programa das nações unidas sobre deficiência passando conscientização para a ação, com o compromisso de se concluir com êxito uma sociedade global para todos por volta de 2010. No Japão, em 2002, foi aprovada a declaração de só que representado por 109 países, por ocasião da VI assembleia mundial da Disabled Peoples International-DPI, onde fala sobre a educação inclusiva: “a participação plena começa desde a infância nas salas de aula, nas áreas de recreio e em programas e serviços”. Quando crianças com deficiência se sentam lado a lado com muitas outras crianças, devemos instar os governos em todo mundo a erradicarem a educação segregada e estabelecer uma política de educação inclusiva. Com a declaração de quito em 11 de abril de 2003, os governos da América Latina defendem uma convenção internacional para a proteção e promoção dos direitos e dignidade da ONU.

A escola precisa estar preparada, fazer projetos pedagógicos de acordo, para lidar com as dificuldades desses alunos com DI, é necessário uma preparação de acordo com sua disciplina, o professor de educação física como exemplo jamais pode excluí-los esse aluno DI de sua didática. Precisam encontrar técnicas para encaixá-los em suas atividades, claro que com alguns cuidados, com a certeza que para cada um deles existem vários tipos de adaptações, basta o professor ser criativo e apto para nas aulas, nada mais é que cumprir o seu dever profissional.

CAPITULO II - EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM DESAFIO ENTRE O IDEAL E O REAL

O objetivo do segundo capítulo é analisar a compreensão de educadores e provocar uma análise e reflexão a respeito do cotidiano dos alunos com deficiência intelectual. E a atuação dos profissionais a igualdade levando em conta os paradigmas conceituais e princípios que vem sendo progressivamente defendidos a Educação Inclusiva.

2.1 O MUNICÍPIOS DE JOÃO PINHEIRO NUMA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O município de João Pinheiro está localizado no Noroeste de Minas Gerais⁶. Como podemos observar na figura 01:



FIGURA 01: contextualização geográfica da cidade de João Pinheiro. Pode ser observado municípios vizinhos ao referido município. Outro fator importante é a BR 040, uma das mais importantes rodovias que liga três Capitais sendo elas: Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília DF. Mapa disponível em <https://www.google.com.br/search?> Acesso em 28/02/2013 às 20h22min

⁶ João Pinheiro insere-se na porção noroeste de Minas Gerais. Na divisão das regiões administrativas de Minas, o município está na Região Noroeste (RA-1), enquanto pertence à Macrorregião de Planejamento VII, do mesmo nome. Nessa macrorregião, João Pinheiro localiza-se na microrregião de Chapadões do Paracatu, segundo a nova regionalização estabelecida pela SEPLAN-MG em 1994.

Conforme podemos ver no mapa do nosso município está centralizado no noroeste de Minas, uma região em pleno desenvolvimento e por isso a importância de referenciar esta localização neste trabalho para dar o enfoque necessário ao tema A inclusão do deficiente intelectual nas séries iniciais do ensino fundamental: Representações construídas por professores. A sede do município conta com 45.100 habitantes de acordo com o IBGE, realizado no ano de 2010. Esses habitantes vivem das principais atividades que o município oferece, onde se destaca a agropecuária. Em relação à educação há na sede do distrito 13 escolas estaduais. Dentre essas o pesquisador fará a coleta de dados em uma que se localiza na periferia da cidade.

Nosso município está centralizado no noroeste de Minas, uma região em pleno desenvolvimento e por isso a importância de referenciar esta localização neste trabalho para dar o enfoque necessário ao tema A inclusão do deficiente intelectual nas séries iniciais do ensino fundamental: Representações construídas por professores. A sede do município conta com 45.100 habitantes de acordo com o IBGE, realizado no ano de 2010. Esses habitantes vivem das principais atividades que o município oferece, onde se destaca a agropecuária. Todo bairro tem uma escola, seja do estado, do município e creche para a boa educação de todos, em João Pinheiro – MG possui 06 escolas municipais, 05 particulares, 12 estaduais. Dentre essas fiz a minha escolha para uma coleta de dados em uma escola estadual que se localiza na periferia da cidade, na escola tem alunos com DI, porém com o laudo médico têm somente um aluno.

2.2 ANÁLISE DA ESCOLA E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS AOS PROFESSORES

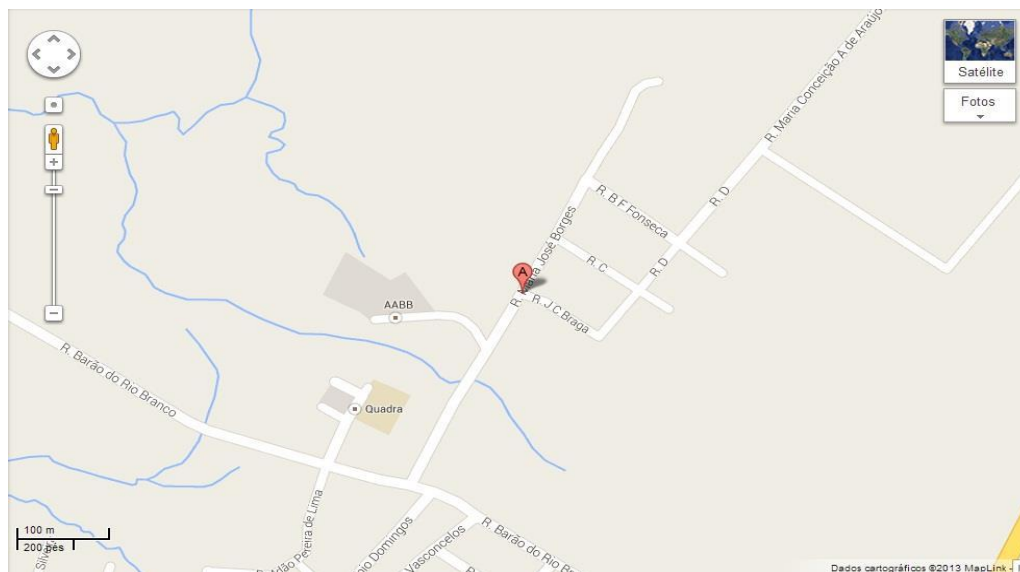


FIGURA 02: contextualização geográfica da cidade de João Pinheiro. Localização onde fica a escola pesquisada. Mapa disponível em <https://www.google.com.br/search?> Acesso em 21/10/2013 às 21h30min

A Escola é integrante da Rede Estadual de Ensino, localizada à Rua Maria José Borges, município de João Pinheiro, Minas Gerais, e funciona em prédio próprio. A Escola foi criada de 1ª série a 4ª série pelo Decreto de criação número 22990 de 29 de agosto de 1983, autorizada de 1ª série a 4ª série pela Portaria número 441/83, publicada no Minas Gerais de 23 de dezembro de 1983, sendo o prefeito o Sr. Manoel Lopes Cansado. Autorizado de 5ª série a 8ª série a partir de 1990, conforme Resolução número 6626/90, publicado no Minas Gerais de 31 de janeiro de 1990, página 07, coluna 03. E, a partir da Resolução SEE N° 2.197, de outubro de 2012 normatizou o ensino de nove anos, estruturado em 4 (quatro) ciclos de escolaridade, considerados como blocos pedagógicos sequenciais:

- I – Ciclo da Alfabetização, com a duração de 3 (três) anos de escolaridade, 1º, 2º e 3º ano;
- II – Ciclo Complementar, com a duração de 2 (dois) anos de escolaridade, 4º e 5º ano;
- III – Ciclo Intermediário, com a duração de 2 (dois) anos de escolaridade, 6º e 7º ano;
- IV – Ciclo de Consolidação, com a duração de 2 (dois) anos de escolaridade, 8º e 9º ano.

A Escola localizada no bairro periférico é funciona em prédio próprio e atende uma clientela carente economicamente. O Projeto Educação em Tempo Integral atende 100 alunos dos anos iniciais, sendo 02 turmas com 50 cinquenta alunos. O Projeto tem trabalhado com carga horária, diária, assistida pelos professores, de 04h e 50 min, nas quais 40 minutos estejam dentro do período destinado do almoço, que atualmente é de 1h e 30 min, e que ficam cobertos pelo professor regente de turma, 02 dias na semana, e pelo professor regente de aula – educação física, 03 dias na semana.

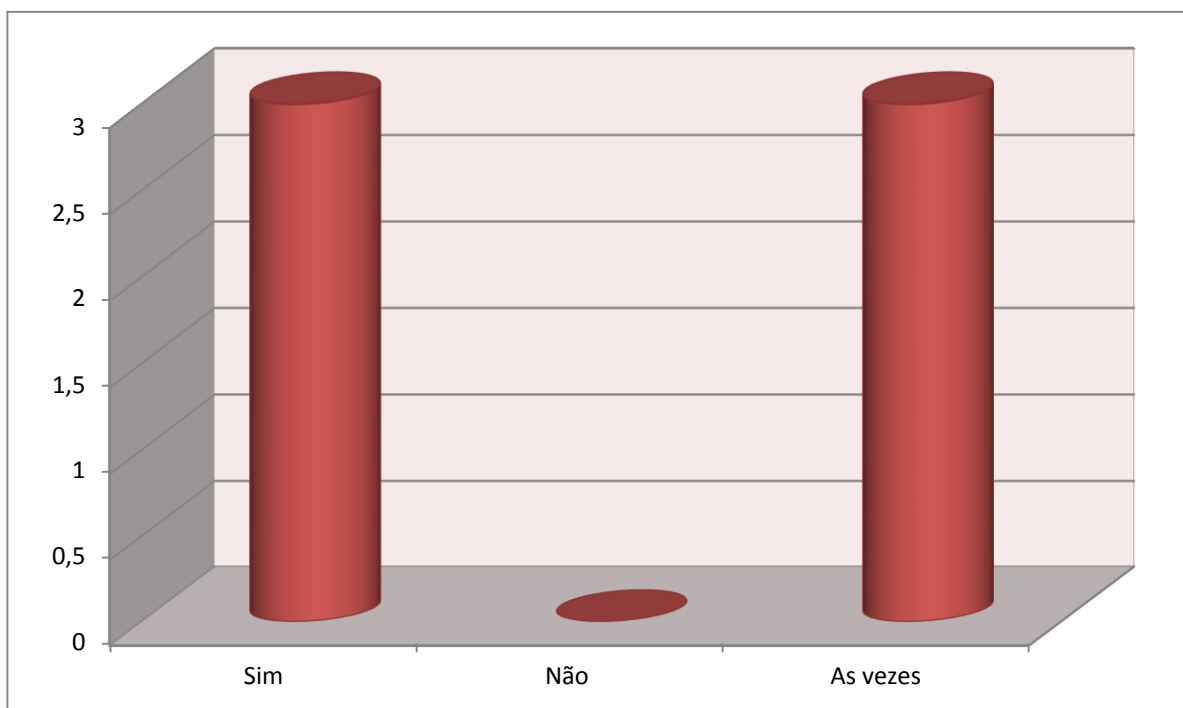
Com relação aos recursos didáticos, nossa escola conta com aparelhos de TV, DVD, um projetor multimídia com tela de projeção. Estes recursos são utilizados de acordo com as necessidades dos professores em suas respectivas disciplinas. A escola possui um laboratório de informática, que ainda não está na ativa devido a falta de visita de um técnico da SRE, computadores distribuídos na secretaria e sala dos professores e impressoras também distribuídas na secretaria e sala dos professores, os quais são utilizados de acordo com a necessidade de cada setor. Na escola aparelho de som, caixa de som, microfone.

A estrutura física da escola é constituída salas de aula, secretaria, sala de direção, professores, vice-direção, supervisão, biblioteca, cantina, refeitório, almoxarifado, banheiros feminino e masculino, espaço cimentado sem cobertura para prática de esportes e pátio. A escola possui livros didáticos, literários, CD's, DVD's, oriundos do FNDE, todos de uso dos professores e alunos. Todos os alunos fazem uso do livro didático.

A escola, neste ano de 2013, possui um total de 232 alunos, sendo 123 dos anos iniciais e 109 dos anos finais. O total de funcionários são uma diretora, uma vice diretora, uma supervisora é um especialista da educação, 10 professores, todos esse professores passa diariamente na escola.

Em geral há apenas uma turma para cada ano de ensino e nos casos em que há duas turmas, os alunos foram organizados de forma heterogênea, considerando seus níveis de aprendizagem. O nível sócio-econômico das famílias ou responsáveis por nossos alunos é baixo, a droga e a violência são presentes na vida dos discentes; muitos apresentam problemas psicológicos e/ou cognitivos, mas as famílias, por falta de condições financeiras ou descaso, não se mostram preocupadas com a real situação e do prejuízo que eles têm no ensino e aprendizagem.

1. Sabemos que um dos fatores mais importante para uma base sólida na vida de um aluno é a família. Em relação à participação da família dos alunos com Deficiência Intelectual no processo de ensino especializado existe uma parceria por parte dos mesmos?

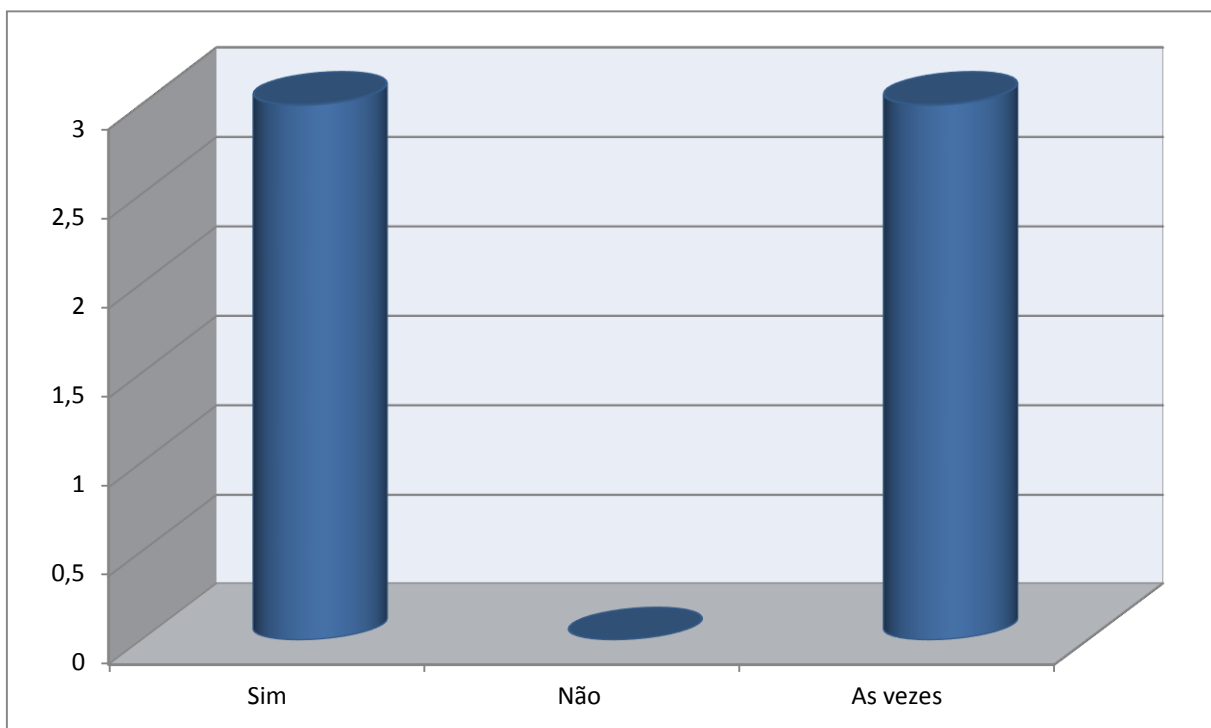


Fonte: Pesquisa direta/2013.

50% dos professores responderam que a família participam sim do ensino dos alunos e os 50% disseram que às vezes os pais vão até a escola e faz um acompanhamento de tudo que acontece por lá. No primeiro momento a receber alunos com necessidades educativas especiais foi um grande desafio. De acordo com os relatos, nenhuma tinha preparo ou formação suficiente pra acolher e assistir esses alunos e contribuir de forma significativa pra a superação ou pelo menos minimizar suas dificuldades em sala de aula. A família também tem que participar constantemente dos trabalhos realizados com os alunos. É inquestionável a importância da família no processo educativo para alunos com ou sem deficiência, mas quando se trata do aluno com deficiência a situação se torna mais delicada, pois já nasceu rotulada devemos contribuir no favorecimento da vida social, na busca de oportunidades e na luta para que seus direitos sejam respeitados. A família é a primeira matriz de socialização.

Mesmo diante de tantos obstáculos as professoras ainda vêem uma luz no fundo de túnel para uma possível efetivação do trabalho de envolve o processo de inclusão como por exemplo. Maior interação entre profissionais pois o aluno com deficiência ou não é de responsabilidade de toda a comunidade escolar e não somente do professor que esta com ele em sua sala de aula.

2. O aluno com Deficiência Intelectual apresenta mais dificuldades em compreender, em assimilar em se expressar, ou mesmo em aprender?



Fonte: Pesquisa direta/2013.

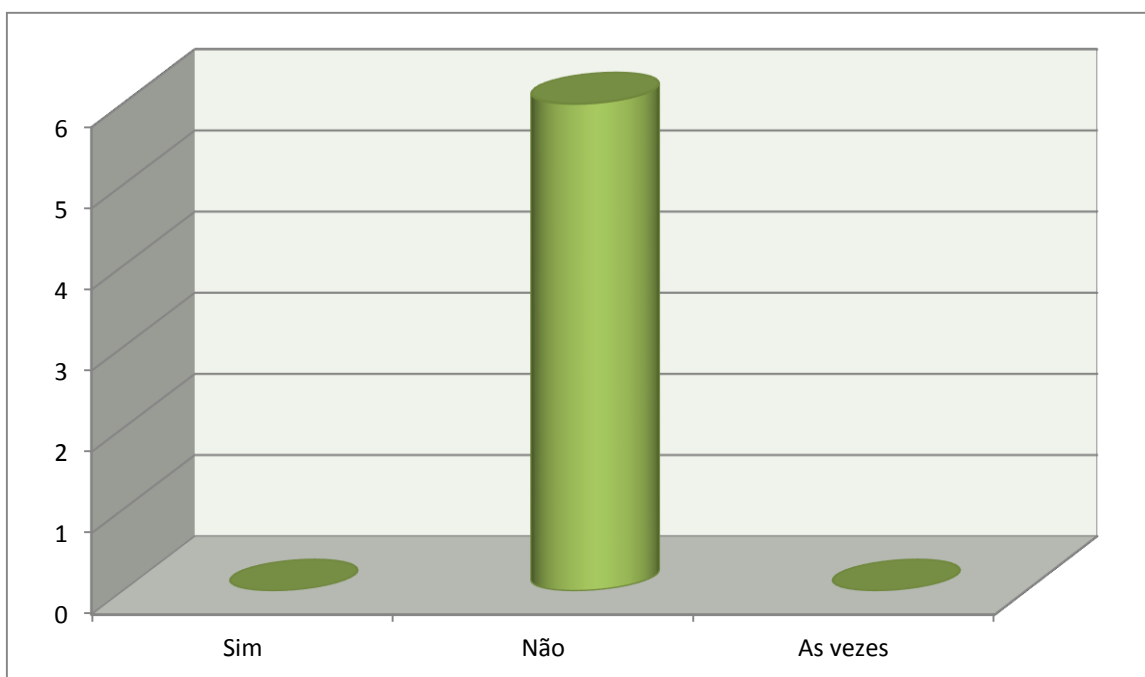
Neste segundo questionamento 50% dos professores respondeu que sim os alunos enfrentam dificuldades para a compreensão, e 50% dos professores falaram que as vezes eles encontram dificuldade. As mudanças são fundamentais para a inclusão, mas exige esforço de todos possibilitando que a escola possa ser vista como um ambiente de construção de conhecimentos. Para isso, a educação devera ter caráter amplo e complexo, favorecendo a construção ao longo da vida, e todo aluno, independente das dificuldades poderá beneficiar-se dos programas educacional, desde que sejam dadas oportunidades adequadas pra o desenvolvimento de suas potencialidades. Isso exige do professor e de toda comunidade escolar uma postura diferenciada além da redefinição de papéis que possa favorecer o processo de inclusão.

Para a inclusão se tornar realidade será necessário rever algumas barreiras além da política e praticas pedagógica. È necessário conhecer o desenvolvimento humano e suas relações com o processo de ensino aprendizagem, levando em conta como se da o processo para cada aluno. Focar na capacitação dos profissionais que é relevante as discussões teóricas e praticas. Utilizar currículos e metodologia flexível, levando em conta a singularidade de

cada aluno, respeitando sua liberdade de expressar seus interesses. Avaliar de forma continuada e permanente, dando ênfase na qualidade do conhecimento e não na quantidade, oportunizando a criatividade, a cooperação e a participação.

Não temos nenhuma proposta de inclusão que possa ser generalizada ou multiplicada, pois ainda é incipiente, esse processo é preciso que a escola esteja aberta a escuta favorecendo assim as trocas pra a construção do processo de inclusão escolar. É preciso que haja uma transformação no sistema de ensino que vem beneficiar toda e qualquer pessoa, levando em conta as especificidades do sujeito e não mais as suas deficiências e limitações.

3. Todos os alunos com deficiência intelectual da Instituição estão inserida também nas escolas especializadas?



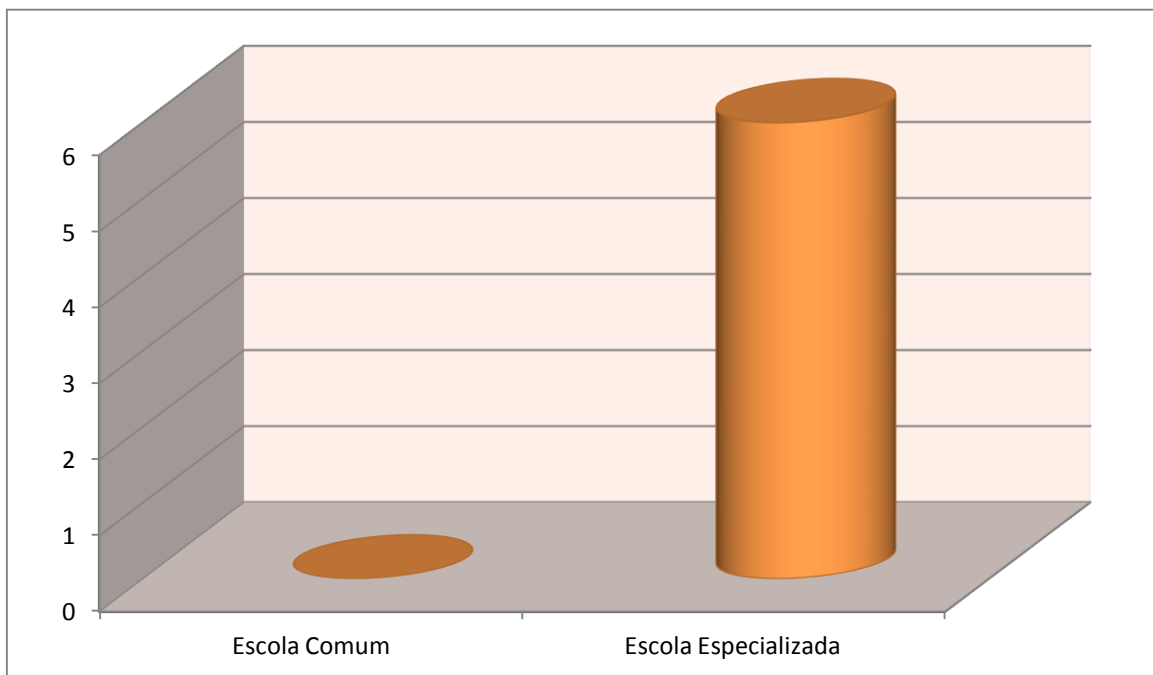
Fonte: Pesquisa direta/2013.

Todos os alunos não estão inseridos em Instituição especializadas tem educação somente na escola pesquisada. Nos dias atuais as escolas não têm demonstrado condições para responder os desafios da inclusão, as escolas precisam fazer muito mais do que matricular alunos com deficiências DI na classe, diante desta situação temos muitos desafios a enfrentar, para conseguir uma educação de qualidade para todos sem segregação.

Na constituição do Brasil 24 de janeiro de 1967. Art.169º- § 2º-corroborava que cada sistema de ensino terá obrigatoriamente, serviços de assistência educacional que assegurem, aos alunos necessitados, condições de eficiência escolar (CARVALHO, 1997 p.90).

Os sistemas de ensino que atende alunos com deficiência, terão direito de receber serviços de assistência educacional, que assegure todos os alunos condições de progredir no âmbito escolar. A inclusão é um processo de educar-ensinar, no mesmo grupo, crianças com e sem necessidades especiais. Entendemos assim que toda escola deve estar estruturada e preparada em termos físicos e pedagógicos para receber esses educando, respeitando sempre suas diferenças de acordo com o ritmo de cada um.

4. Você acha que o aluno com DI deve ficar na escola comum ou na escola especial?

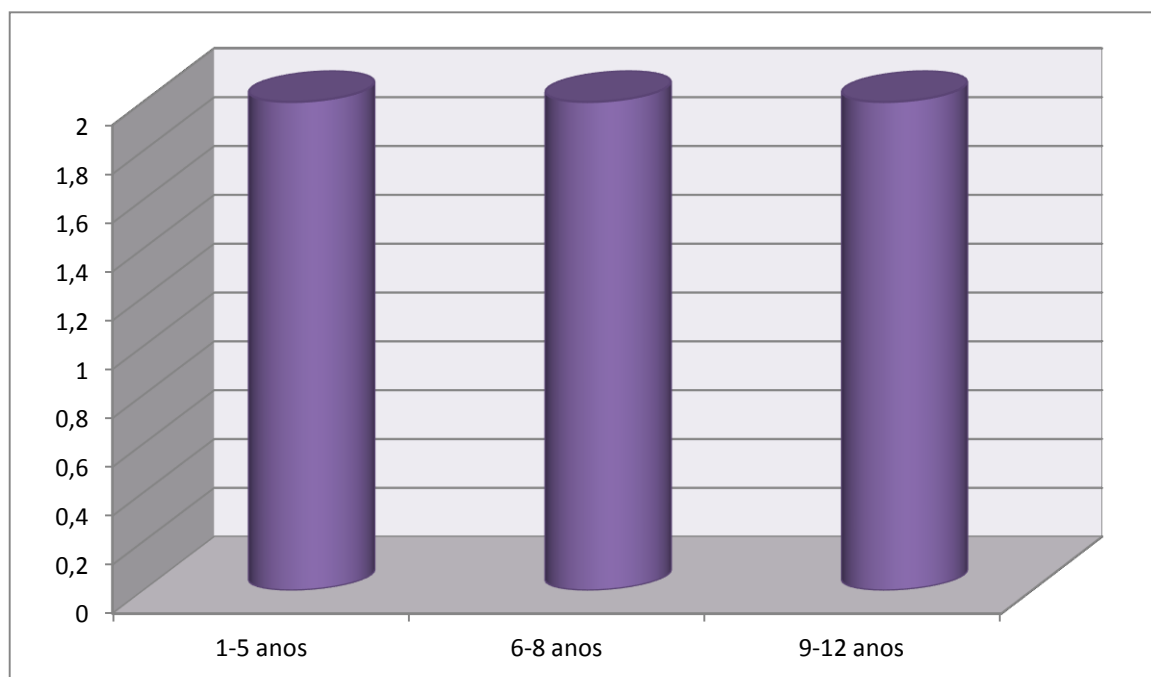


Fonte: Pesquisa direta/2013.

Os professores disseram que os alunos deveriam sim ir para uma escola especializada, não e preconceito de ter os alunos na escola, mas na escola especializada eles tem um apoio maior, escola adaptada para as dificuldades dos alunos. A história da organização da sociedade humana é sinalizada por um processo contínuo de criação e recriação de categorização das pessoas. Esse processo, por se tratar de atividades humanas, indica implícita ou explicitamente intenções econômicas, sociais, culturais e históricas, uma vez que o ser humano constrói sua identidade nas relações que estabelece na sociedade, enquanto por ela é

transformado. Ao longo da Idade Média as pessoas com deficiência eram acolhidas de maneira caritativa em conventos ou igrejas, onde ganhava a sobrevivência, sem outra proposta de tratamento além dos cuidados mínimos necessários. Nos poucos registros da Grécia Antiga, da idade média e até o início do século XIX, a pessoa portadora de deficiência era tratada de maneira ambígua, ora como enviado divino, ora como criatura maligna, mas sempre excluída da participação na sociedade. A Apae é uma Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE tem a incumbência de articular a concretização dos direitos da pessoa portadora de deficiência no Município, onde está localizada. Visa assegurar a inclusão e o exercício da cidadania sempre norteada pela visão, missão, princípios e diretrizes do Movimento Apaiano Nacional. A escola especial Centro de Integração Passo a Passo- APAE é uma entidade filantrópica, mantida pela Associação de Pais e Amigos Excepcional-APAE, e doações dos comércios da cidade de João Pinheiro.

5. Tempo de exercício com alunos com deficiência?

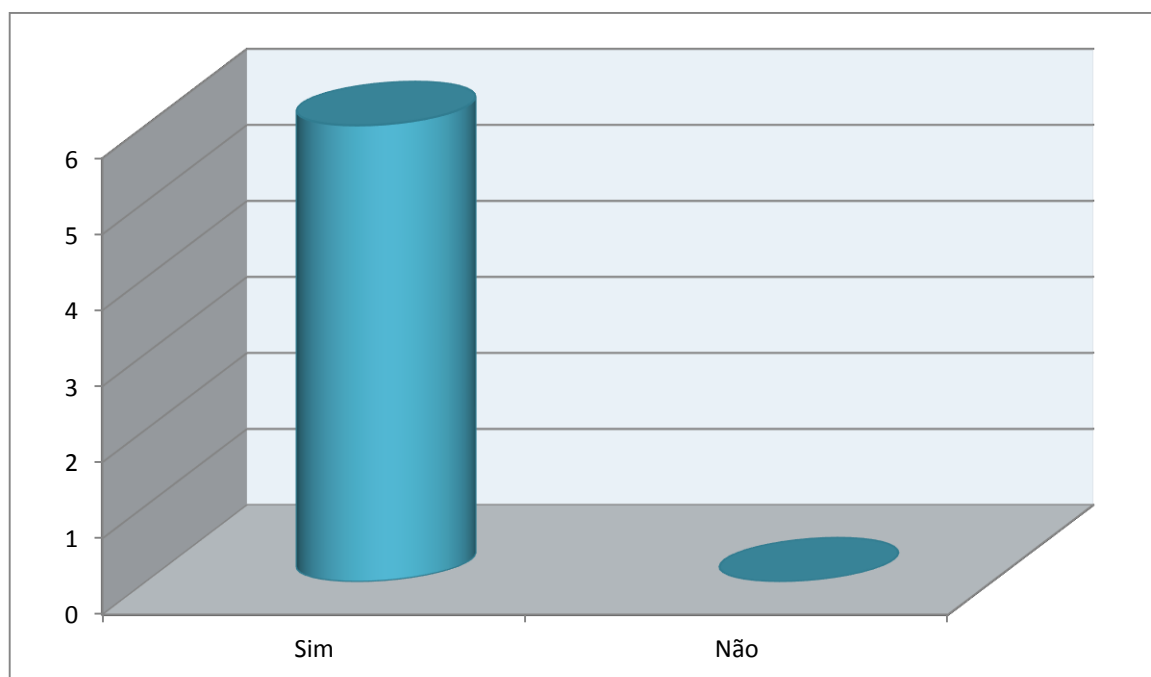


Fonte: Pesquisa direta/2013.

Os professores amam o que fazem, mas dos 6 professores entrevistados, dois tem 1-5 anos, dois de 6-8 anos, e dois de 9-12 anos. Podemos dizer que no Brasil existem dois modelos de escolas, as que chamamos de inclusiva e as comuns. A educação para todos está relacionada às políticas sociais. Hoje com a globalização exige capacidade de aprendizagem e

de resolução de problemas, flexibilidade, versatilidade para realizar tarefas em constante processo de modificação. É valorizada, a iniciativa pessoal, a capacidade de trabalhar em grupo, a capacidade de comunicação oral e escrita. A prática educativa deve ser apresentada como uma condição básica para o desenvolvimento humano que se incide qualitativamente a aprendizagem. A educação moderna define a serem adquiridas pelos alunos. A melhor escola é aquela que oferece um ensino de qualidade e habilidade para um mercado de trabalho cada vez mais exigente e competitivo. No processo de educação formal se realiza de forma rígida e tem dificuldade de aceitar e trabalhar as diferenças.

6. Você acredita no processo de inclusão proposta pela Lei de Diretrizes Brasileira 9394/96?



Fonte: Pesquisa direta/2013.

Todos professores responderam que sim acredita na lei de diretrizes, no entanto analisando a lei 4.024/61 perpassando pela lei 5692/71, a Constituição Federal do Brasil de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (lei 8.069/90 – ECA), a atual lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9.694/96 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial (2001) com vistas em ampliar nosso entendimento quanto aos avanços mais recentes da legislação educacional. A Educação Inclusiva na atualidade destacamos as propostas de inclusão de autores como Carvalho (2001), Magalhães (2006), Montoan (2006), Beyer (2006) e Serra

(2008). Do ponto de vista da Constituição Federal (1988) e da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), a educação deve ser garantida a todas as pessoas, considerando as limitações de cada indivíduo enquanto ser humano. A escola, as famílias deverão, buscar recursos que possibilitem desde os primeiros anos de vida as criança com necessidades educativas especiais no meio em que estão inseridas garantindo não só o seu acesso e permanência na rede regular de ensino como também qualidade no ensino oferecido, infraestrutura e profissionais qualificados. Dentre todos os questionamentos também foi feita uma pergunta aberta.

7. Educar faz parte do processo de desenvolvimento físico, intelectual e social do ser humano. Para você professor, como você vê o Atendimento Educacional Especializado na vida de um aluno com Deficiência Intelectual? Por quê?

Segundo o entrevistado 1

- O Atendimento Educacional Especializado ainda é falho tanto na rede pública quanto privada. Sabe-se que foi um avanço ter esse atendimento para esses alunos, mas é notório também que precisa ser mais eficiente, ter um acompanhamento que advém de outros órgãos, fora do contexto escolar, além do acompanhamento da família.

Segundo Mantoan (1997), o processo de inclusão exige da escola novos recursos de ensino e aprendizagem, concebidos a partir de uma mudança de atitudes dos professores e da própria instituição, reduzindo todo o conservadorismo de suas práticas, em direção de uma educação verdadeiramente interessada em atender às necessidades de todos os alunos. Atualmente, em todos os documentos referentes à educação dos indivíduos com deficiência, o princípio da inclusão é o eixo norteador, e o atendimento segregado é visto como alternativa que deve ser evitada. Apesar do predomínio de orientações inclusivistas, fica a preocupação do quanto o eixo norteador pode se tornar realidade, pois sabemos que, ainda que os alunos sejam matriculados em escolas regulares, esse fato, por si só, não altera a qualidade de sua escolarização

Segunda Resposta

- Importante! Nós educadores devemos nos capacitar para melhor atender, auxiliar cada necessidade do aluno.

É possível observar, por parte dos professores e de profissionais da educação, grande resistência em aceitar o desafio colocado pelo processo de construção da escola inclusiva, o que consideramos perfeitamente compreensível, dada à ausência de sua formação para enfrentar esse desafio. Tal resistência surge, entre outros diversos determinantes, em decorrência da não problematização do assunto, tendo em vista que, raramente, este é contemplado nos momentos de formação inicial e/ ou continuada, o que conduz a formas inadequadas de entendimento.

Terceira Resposta

- Quando o aluno participa da escola especial e recebe atendimento adequado (professor de apoio) ele é capaz de fazer a diferença.

A implementação da Educação Inclusiva não é tarefa fácil, pois o professor terá que garantir o aprendizado de alunos com necessidades educacionais diversas dos demais, no contexto de suas atividades rotineiras e do planejamento para a turma com um todo. Transversaliza este documento, portanto, a idéia de uma educação inclusiva plena, que não entre na escola às escondidas, em função da resistência encontrada por parte dos educadores. Ela será facilmente compreendida no conceito de currículo, nas experiências relatadas e no grande desafio encontrado nas instituições educativas.

Quarta Resposta

- O atendimento Educacional Especializado deixa um pouco a desejar, pois necessita de um amplo e especializado atendimento aos alunos que tem Deficiência Intelectual. Hoje temos a APAE que é uma instituição importantíssima, onde há professores capacitados para melhor atender essa demanda de alunos. Mas há escolas que recebem os alunos, mas não há professores capacitados, nem uma infra-estrutura adequada para esta recebendo esses alunos como a lei determina.

No âmbito interno da escola consideramos que algumas ações favoreceriam o sucesso da aprendizagem de todos os alunos. As ações que apresentam sucessos em sistemas

inclusivos mostram que é imprescindível alteração em suas práticas passando desde diminuição do número de alunos por classe, aprendizado cooperativo, elaboração de projeto pedagógico, plano individual de ensino, melhoria da formação profissional, valorização do magistério, apoios centrados na classe comum e não via suplementação, com uma pedagogia centrada na criança baseada em suas habilidades e não em suas deficiências, e que incorpore conceitos como interdisciplinaridade, individualização, colaboração e, conscientização / sensibilização.

Quinta Resposta

- O atendimento ainda é falho na rede pública, mas com a mudança de lei as escolas estão se adaptando para receber os alunos sem distinção.

A inclusão se concilia com uma educação para todos e com um ensino especializado ao aluno, mas não se consegue implantar essa opção de inserção sem enfrentar um desafio ainda maior: o que recai sobre o fator humano. Os recursos físicos e os meios materiais para a efetivação de um processo inclusivo escolar de qualidade cedem um espaço de prioridade para o desenvolvimento de novas atitudes e formas de interação na escola, exigindo uma nova postura diante da aceitação das diferenças individuais, da valorização de cada pessoa, da convivência na diversidade humana, e da aprendizagem por meio da cooperação. Essas iniciativas promovem a adaptação das crianças, com e sem necessidades educativas especiais, enfatizando as interações sociais e a aprendizagem por meio da cooperação, na qual o professor é um mediador.

Sexta Resposta

- A escola recebe os alunos, mas nem sempre há professores capacitados, nem uma escola com uma estrutura adequada para receber os alunos.

A verdadeira educação, segundo Vygotsky (1984), consiste em despertar na criança aquilo que ela já possui dentro de si, ajudando-a a evoluir e a orientar o seu desenvolvimento em uma determinada direção. "Não uma direção de mão única, mas que contemple possibilidades de construção, desconstrução e reconstrução tal como ocorre na arte, mas sempre em interação social" (VYGOTSKY, 2003, p. 201). Uma das questões centrais que determina mudanças nada mais é do que a evidência do surgimento de novas luzes no bojo do

desenvolvimento da humanidade, impregnada pela inclusão do tempo, da história e do sujeito como ator e construtor, precipitando crises conceituais. Trata-se de criticar sistemas de determinação, teorias e, pela própria impotência em satisfazer a realidade, o estabelecimento de caminhadas em direção a novas propostas, novas perspectivas. O processo de desenvolvimento dos seres humanos segue a aprendizagem, mas vai além dela, ativando potenciais humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desse exercício intelectual, testo minhas considerações finais, as mudanças são fundamentais para a inclusão, mas exige esforço de todos possibilitando que a escola possa ser vista como um ambiente de construção de conhecimentos. Para isso, a educação devera ter caráter amplo e complexo, favorecendo a construção ao longo da vida, e todo aluno, independente das dificuldades poderá beneficiar-se dos programas educacional, desde que sejam dadas oportunidades adequadas pra o desenvolvimento de suas potencialidades. Isso exige do professor e de toda comunidade escolar uma postura diferenciada além da redefinição de papéis que possa favorecer o processo de inclusão.

Para a inclusão se tornar realidade será necessário rever algumas barreiras além da política e praticas pedagógica. È necessário conhecer o desenvolvimento humano e suas relações com o processo de ensino aprendizagem, levando em conta como se da o processo para cada aluno. Focar na capacitação dos profissionais que é relevante as discussões teóricas e praticas. Utilizar currículos e metodologia flexível, levando em conta a singularidade de cada aluno, respeitando sua liberdade de expressar seus interesses. Avaliar de forma continuada e permanente, dando ênfase na qualidade do conhecimento e não na quantidade, oportunizando a criatividade, a cooperação e a participação.

Não temos nenhuma proposta de inclusão que possa ser generalizada ou multiplicada, pois ainda é incipiente, esse processo é preciso que a escola esteja aberta a escuta favorecendo assim as trocas pra a construção do processo de inclusão escolar. É preciso que haja uma transformação no sistema de ensino que vem beneficiar toda e qualquer pessoa, levando em conta as especificidades do sujeito e não mais as suas deficiências e limitações.

A legislação brasileira tem avançado satisfatoriamente na busca de garanti uma educação de qualidade para todos com igualdade de direitos para todos com ou sem deficiência porem priorizando aos portadores de necessidades educativa especiais. Esse trabalho de pesquisa aborda sobre o dia-a-dia dos alunos portadores de algum tipo de necessidade educativa especial e verificar-se que a igualdade de direitos perante a constituição federal, quando se trata de direitos e garantias fundamentais aparenta estar longe de ser uma pratica social. Na era contemporânea, a preocupação com os problemas das exclusões sociais ganharam impulso, tendo o conceito tomado a lugar de muitos outros: miséria, pobreza, desemprego, discriminação, segregação entre outros. A mesma enfatiza a influencia de algum

marco importante da inclusão e da relevância a fatores indispensáveis para que pratique sejam de fato estabelecidas.

Uma das necessidades legítimas do ser humano é viver prazerosamente, esta busca norteia grande parte das nossas atitudes do dia-a-dia das nossas práticas educativas. Em meados da década de 90, no Brasil, começaram as discussões em torno do novo modelo de atendimento escolar denominado inclusão escolar. Esse novo paradigma surge com uma reação contrária ao processo de integração. Assim, o movimento pela inclusão, no Brasil cresceu e passou a centralizar a atenção de educadores e outros profissionais ligados ou não à pessoa com deficiência em concordância no ideal de que inclusão refletia oposição a exclusão.

O aluno com necessidades educativas especiais apresenta problemas que afetam a compreensão, expressão e funcionalidade da linguagem daí a dificuldade da aprendizagem. Para a coleta de dados foi realizada observação onde foram detectadas as dificuldades individuais. Os dados foram analisados quantitativa e qualitativamente. A educação especial que é uma modalidade educativa que envolve processos, estratégias, procedimentos e recursos diversos, requer uma prática que viabilize a aprendizagem efetiva na escola. A vivência contextualizada é necessidade atual da educação desde que haja respeito às individualidades, potencializando suas habilidades. Para tanto é necessário acreditar na máxima de que todas as pessoas nasceram livres e iguais em dignidade e direitos.

O direito à igualdade de oportunidades das pessoas portadoras de deficiência depende necessariamente de uma conscientização de orientação sobre suas necessidades e também sobre os seus direitos, cuja incorporação aos textos legais compatíveis tem ocorrido progressivamente no âmbito da legislação da União, dos Estados do Distrito Federal e dos Municípios diferenciadas de aprendizagem, as percepções de ensino-aprendizagem centradas em conteúdos acadêmicos e a possível incorporação de processos relacionados a valores e atitudes.

Esses pontos parecem nos alinhar algumas direções que se constituem desafios pedagógicos permanentes para assegurar condições mínimas de acolhimento a alunos especiais em espaços escolares que se dizem inclusivos. Concluímos através de questionários que as expectativas em relação ao rendimento dos alunos podem ser afetadas significativamente o rendimento efetivo destes últimos. Portanto a atitude dos professores e dos alunos não pode ser estudada isoladamente, bem como seus efeitos não podem ser pesados apenas em relação aos conteúdos programáticos.

Não tenho a pretensão de esgotar a reflexão sobre o objeto de pesquisa, tenho consciência de que a pesquisa não permite contemporaneamente fazer essa colocação, entendo que a partir do ponto final desta reflexão novos questionamentos sobre o olhar da pesquisadora ou de outros estudiosos nasceram novos objetos de pesquisa.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F. **Inclusão Social e municipalização**, In: **Novas Diretrizes da Educação Especial**. São Paulo: Secretaria Estadual de Educação.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Secretaria de Educação Especial, 2001, p. 33,43.

BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais**, 1998, p. 305.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Lei de Diretrizes e Bases Nacionais da Educação (LDB)**. 2º Ed. Brasília, 1996.

BRASIL. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Brasília, 1996

BEYER, Hugo Otto. **Da interação escolar à educação inclusiva: implicações pedagógicas**.

CARVALHO, R.E A. **A Nova LDB e a Educação Especial**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

CARVALHO, Rosita Elder. **A nova LDB e educação especial**. 2ª ed. Rio de Janeiro. WVA, 2000.

COLLI, Fernando Anthero Galvão. (org) **Travessias inclusão escolar. A experiência do Grupo ponte Pré-escola Terapêutica lugar de vida**. São Paulo, casa do Psicólogo, 2005, p. 133.

CORDE – Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

MANTOAN, M.T.H. **A integração de pessoas com deficiência**. São Paulo: Senac, 1997

MAGALHÃES, Rita de Cássia B.P. **Processos formativos e saberes docentes em tempos de inclusão: apontamentos a partir de contribuições da educação especial**. In Silva, Aida Maria Monteiro...[et al]. *Novas subjetividades, currículo, docência e questões pedagógicas na perspectiva da inclusão social*. Recife: ENDIPE, 2006.

MENDES, E.G. **Raízes Históricas da Educação Inclusiva**. UNESP – Marília/SP. 2001

PAROLIN, Isabel Cristina Hierro. **Aprendendo a incluir e incluindo para aprender**. São José dos Campos: Pulso Editorial, 2006.

Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial – MEC/ SEESP: Parecer CNE/CEB, nº 17, 2001

MOTTEZ, Bernard. Los banquetes de sordomudos y el nacimiento del movimiento sordo. *Revista do GELES*, Rio de Janeiro, n.6, p. 5-19, 1992.

SASSAKI, Romeu Kazume. Inclusão. **Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro. WVA, 1997. p. 27,28

SERRA, Dayse. **Inclusão e ambiente escolar**. In. Mônica Pereira Santos; Marcos Moreira. *Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas*. 2º ed. São Paulo: Cortez, 2008.

VASQUEZ, A. D. **Filosofia da práxis**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ANEXOS

QUESTIONÁRIO

O presente questionário elaborado pela acadêmica do 8º período de pedagogia da Faculdade Cidade de João Pinheiro – FCJP, tem por finalidade analisar amostragem de 6 perguntas fechadas e 1 aberta, as perguntas serão direcionadas aos professores das séries iniciais de uma Escola Estadual de João Pinheiro – MG.

1. Idade

- Entre 18-28 anos Entre 28-38 anos Entre 38-48 anos
 Acima de 48 anos

2. Grau de escolaridade

- Superior Incompleto Superior Completo Pós graduação incompleta
 Pós graduado

3. Tempo de exercício com alunos com deficiência

- 1-5 anos 6-8 anos 9-12 anos
 Acima de 15 anos

4. Você acredita no processo de inclusão proposta pela Lei de Diretrizes Brasileira 9394/96?

- Sim Não

5. Você acredita que a legislação é respeitada quanto ao seu cumprimento?

- Sim Não

6. Você acha que o aluno com DI deve ficar na escola comum ou na escola especial?

- Escola Comum Escola Especial

7. Quais as suas maiores dificuldades ao trabalhar com alunos e as variadas deficiências?
